

## O QUE É POLÍTICA HOJE?

Por Sidnei Ferreira de Vares<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

13

A breve e direta questão que dá título à essa exposição oculta a complexidade que o assunto encerra. Afinal, o termo “política”, como todos os demais termos, dispõe de historicidade e, nesse sentido, está aberto a mudanças e transformações. Ao nos colocarmos uma questão como essa, “O que é política hoje?”, já estamos estabelecendo um recorte temporal e espacialmente cirúrgico, à medida que pensá-la no contexto do mundo atual não é o mesmo que pensá-la em outro contexto. Todavia, como pensar a política hoje se não recorrermos à história com vistas a apreender as transformações pelas quais o referido termo passou? Avinha-se, portanto, um problema fundamental: pensar a política hoje, por mais necessário e urgente, não dispensa, em hipótese alguma, o olhar para trás, no sentido da comparação histórica, nem o olhar para frente, no sentido de projetar, a partir dessas mesmas comparações, o que ela pode vir-a-ser. Destarte, o “hoje” atinente à pergunta-título, que remete ao tempo e ao espaço presentes, só faz sentido em relação ao passado e ao futuro, ainda que, nesse último caso, nada esteja definido ou dado, nem mesmo enquanto expectativa. Decerto, alguém poderia objetar, a partir do que fora exposto, que não faz sentido projetar o que a política será, pois “o que passou passou”, “o que é é” e “o que deverá ser” não pode ser definido de antemão. A esse respeito, cabe-nos uma *petitio principii*: se “o que passou passou”, se “o que é é”, isso absolutamente significa que o “vir-a-ser” seja tão somente o resultado lógico e inexorável desse processo. Afinal, parafraseando Marx, os mortos falam aos vivos, e os vivos de hoje serão os mortos de amanhã (como na frase lapidar: “Nós que aqui estamos por vós esperamos”), por isso se nada for feito agora, só restará a presentificação do passado e, por suposto, do futuro. Decerto, precisamos conhecer bem o passado se quisermos entender a política de nosso tempo presente, mas disso não se depreende que não devamos lutar por um futuro diferente visando romper com o que nos tornamos. A *realpolitik* jamais represará a dimensão utópica do humano, que, mais do que mero capricho ingênuo, revela-se um imperativo existencial. Faço esse alerta, pois hoje, mais do que no passado, somos imputados, por diversos motivos, à essa presentificação paralisante. É esse o ponto que se pretende explorar nessa intervenção. Para tanto, dividirei minha explanação em três momentos distintos. No primeiro momento, pretendo situar os

---

<sup>2</sup> Doutor e mestre em Educação pela USP. Professor da Universidade São Judas – USTJ e do Centro Universitário Assunção – UNIFAI.

presentes sobre as origens da política, bem como sobre os seus fundamentos e as características constitutivas de seu exercício. No segundo momento, viso ressaltar os traços da política hoje, isto é, num mundo majoritariamente capitalista e, sobremaneira, interligado, seja por meio das relações econômicas atinentes à lógica do mercado global, seja por meio das novas tecnologias, recentemente responsáveis por engendrar redes e plataformas digitais, cujo resultado foi destruir certas barreiras físicas e culturais, outrora consideradas intransponíveis, para assim integrar ou alocar em seus interiores parcelas diversas da população mundial. Isso nos permitirá comparar esses dois momentos, respectivamente correspondentes ao passado e ao presente, e apontar as continuidades e as discontinuidades desse processo. Por fim, no terceiro momento, pretendo especular, não sem uma dose generosa de utopia, sobre as possibilidades que se nos apresentam. Esclareço, desde já, que essas especulações, embora balizadas por elementos e sinais concretos, manifestos no tempo presente, não necessariamente nos permite cravar com exatidão o que o futuro nos reserva, mas apenas abrem espaço, diante da petrificação dos ponteiros históricos, para especular sobre o que ainda está por vir. Não se trata, portanto, de um previsionismo etílico de mesa de bar ou de um exercício de clarividência, mas de uma projeção, talvez permeada por certo desejo incontido e, indubitavelmente, pessoal (pois, aceitemos ou não, somos seres desejantes) de experimentar um mundo melhor do que aquele que herdamos.

## 1. O NASCIMENTO DA POLÍTICA ENQUANTO IDEAL

Segundo uma parte dos especialistas, a política surgiu com os gregos, mais especificamente com os atenienses, no decorrer do século VI a.C. Seu aparecimento estaria diretamente vinculado ao advento da pólis ou da cidade-estado. Como defende Jean-Pierre Vernant em seu livro *As Origens do Pensamento Grego*, a política emerge no contexto da cidade, pois fazer política não é outra coisa senão discutir os assuntos e os rumos da pólis. Decerto, esse processo é complexo e não se pretende abordá-lo aqui em toda as suas implicações. Mas é preciso deixar claro que o surgimento da política demarcou uma ruptura no interior das relações sociais e das relações de poder no mundo antigo. Afinal, até aquele momento o poder estava concentrado nas mãos da figura do déspota, no caso oriental, ou do pater-família, no caso ocidental. Tanto o primeiro quanto o segundo desfrutavam de todo o poder e, na medida em que é a tradição, e não a lei, o que tutela as relações entre eles e seus subalternos, então, é pela imposição da força e do medo que ambos governam. Desse modo, resta muito pouco aos demais, a não ser obedecer e preservar suas vidas. A liberdade é uma prerrogativa do governante, não do subalterno. Aquele governa tutelado por paixões e afetos momentâneos, pois o seu poder não encontra limites que possam frear os seus ímpetos. As relações

sociais são verticais e, assim, como diz o velho adágio, “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. A única coisa possível ao subalterno, e talvez necessária quando o que está em jogo é a própria sobrevivência, é demonstrar fidelidade e obediência. Cair nas graças do déspota ou do pater é o mesmo que sobreviver face à vigilância, à truculência e às punições aos que, por descuido ou rebeldia, atentam contra os seus senhores. A volatilidade, imprevisibilidade e efemeridade das decisões dos déspotas são características do despotismo. Ninguém está seguro, nem mesmo o próprio déspota se for descuidado e displicente. Este detém a força, os desejos, as decisões e, por isso, só ele goza de liberdade. Assim pensam os déspotas orientais e os pater-famílias ocidentais. Simplesmente não percebem que também estão submetidos à essa estrutura. Não percebem que também dependem da obediência dos demais para continuarem a ser o que são. Trata-se de um jogo, sem dúvida de poder, atravessado por elementos psíquicos, ideológicos, simbólicos, atávicos e oníricos, por meio do qual um indivíduo consegue persuadir, primeiro, e impor, depois, de que ele, e só ele, é a única fonte de todas as escolhas possíveis. É ele a verdade absoluta, inevitável e inquestionável. Não por acaso, no mundo antigo, a maior parte dos déspotas se apresentava como um deus ou como um representante dos deuses. Quem em sua consciência os questionaria sabendo, de antemão, o risco que correriam? Por isso, vez por outra, era necessário ao déspota ou ao pater demonstrar o seu poder. Ceifar ou polpar a vida de um rebelde, isto é, de um transgressor das tradições, apenas reforçava a autoridade do líder sobre os demais. Até mesmo a misericórdia manifesta uma mensagem, qual seja, “que isso não se repita, pois não haverá segunda chance”.

A política surge exatamente em oposição aos desmandos e abusos do déspota. Na política o poder não está concentrado nas mãos de uma única pessoa. Está fragmentado e, por conseguinte, dividido. Não se trata de uma divisão igualitária, pois alguns têm mais poder do que outros. Também não significa que não haja violências e imposições, pois onde há poder, há violência. Ainda assim, com o advento da política, todos passam a dispor de algum grau de poder. Isso permite algum tipo de negociação, de acordo entre as partes, nem sempre justo é bem verdade, mas possível face ao quadro de forças plurais instituído. A forma de governo – se é uma monarquia, aristocracia ou democracia – é tão somente um detalhe secundário, pois até mesmo numa monarquia, tradicionalmente definida como o governo de um, é o bem comum o que a baliza. Ademais, e isso é importante, estamos falando de sociedades que dispõem de leis, ou seja, de um sistema ou código jurídico responsável por intermediar as relações de poder. Se tomarmos o exemplo ateniense, verificaremos que os legisladores que antecederam a Péricles, importante governante do período clássico, realizaram mudanças e introduziram mecanismos institucionais com vistas a mediar as relações entre os diversos setores daquela sociedade. Sólon, e depois Clístenes, homens de envergadura moral incontestada, foram determinantes para que novas leis

pudessem ser implementadas e, assim, substituíssem as tradições. Estamos falando, portanto, da transição de uma organização na qual predominava a “dominação tradicional” para outra de “dominação legal”, como propugnava Max Weber. Dito de outro modo, trata-se da transição do estado natural, no qual vigora a guerra generalizada, a insegurança e o medo, ou seja, a lei do mais forte, para o estado social, onde o primado recai sobre o contrato entre seus membros. As ações instintivas e passionais são assim substituídas pela racionalidade das leis e, desse modo, o poder passa a ser exercido dentro de certos limites considerados razoáveis até mesmo por aqueles grupos que não detêm grandes porções de poder. Alguém poderia objetar que, nesse caso, pouca coisa muda, pois a divisão entre fortes e fracos está mantida. Porém, há sempre a possibilidade de que os menos favorecidos em termos de acesso ao poder se organizem e, por vias legais, ampliem a sua esfera de atuação política. Esse tipo de organização política dispõe de legitimidade, diria um contratualista, pois todos estão livremente de acordo com as regras do jogo. Há uma razão de ser assentida por todos. Aliás, a noção de “jogo” converte-se em uma metáfora esclarecedora. A política é um jogo, com regras mais ou menos definidas, onde se ganha ou se perde, mas o resultado da partida não está dado a priori, pois as regras não podem ser modificadas ao bel-prazer de um único indivíduo, como no caso do despotismo. A política, tal como a definiram os antigos, configura um campo de embate, e não de imposição pura e simples. Qualquer coerção física ou simbólica, qualquer ação ou decisão que tenha origem no medo, está na contramão da política. Com isso não se quer dizer que não haja espaço para os afetos na política, mas apenas salientar que, por mais que eles se façam presentes, há uma configuração racional capaz de arbitrá-los e mediá-los de maneira mais ou menos exitosa: as leis. Também não se quer dizer que essa mediação seja desprovida de tensões e disputas, por vezes encarniçadas conforme à época. Não se trata de uma potencialidade humana, como sugere o “zoon politikon” aristotélico, mas de uma construção histórica e social, submetida a refluxos, recrudescimentos e avanços. A esfera política, portanto, pode ser ampliada ou reduzida, preservada ou destruída, pois as linhas demarcatórias desse espaço são como muralhas de gelo que necessitam das baixas temperaturas para continuarem de pé, do contrário degelarão. A alusão climática não é descabida. Em altas temperaturas políticas, como em tempos de efervescência ou radicalização, as instituições perdem em solidez, fragilizam-se. Fora da política, portanto, não há salvação. A supressão da política representa a anulação dos direitos ou, se voltarmos à metáfora do jogo, das regras sem as quais a vitória do déspota e a derrota dos demais torna-se o único resultado possível. Em outras palavras, sem política o que se tem é o sucesso da barbárie contra a civilização. Decerto, a preservação do espaço político passa pela consciência de que só em seu interior é possível “jogar o jogo”, ainda que contra adversários mais fortes e injustos, pois sem ela sequer há disputa. É a política que permite a circulação de ideias e valores, na maior

parte das vezes contraditórios. Obviamente, os mais fortes procuram empregar os instrumentos de que dispõem para vencer seus adversários. Por vezes, esses instrumentos são tão violentos e passionais quanto àqueles utilizados pelos déspotas. Isso porque a política não constitui um espaço absolutamente racional. Há sempre algum espaço para os que buscam destruí-la. Mas, ainda assim, também há espaço para resistir a seus potenciais assassinos. Isso me faz pensar que quanto mais um povo se despolitiza, mais os inimigos da política avançam. Mas não é só: algumas formas de governo e ideologias políticas, atestadas historicamente, forçam os limites da política no sentido de destruí-la. São elas: o despotismo (sua forma mais brutal, irracional e concreta), as monarquias absolutistas modernas (uma versão um pouco mais atenuada da primeira, embora não menos cruel), os movimentos totalitários contemporâneos (que, a exemplo do nazismo e fascismo, apostaram na totalização de certas ideias e valores no interior do Estado) e a nova direita (que em termos ainda mais contemporâneos parece ver a política como uma fronteira a ser destruída definitivamente, ao visar fundir individualismo econômico, moralismo e Estado).

Sobre o que fora exposto até aqui, cumpre um questionamento: até que ponto essa definição de política corresponde à realidade? A ideia segundo a qual a política surge em contraposição ao despotismo não revelaria certa concepção moral da política? Dito de outro modo, não estaria nossa definição mais preocupada em dizer o que a política deve ser do que dizer o que realmente ela é? Em primeiro lugar, não se pode afirmar que os déspotas governavam sozinhos, pois mesmo no despotismo é necessário algum tipo de divisão de poderes. Em segundo lugar, mesmo que a política tenha surgido para racionalizar e distribuir o poder, tampouco se pode afirmar que esse propósito inicial se tenha cumprido. Em ambos os casos, têm-se uma idealização do que seja o despotismo e do que é a política. Talvez o despotismo, tal como o definimos, jamais tenha existido. Talvez, no fundo, tudo seja política, inclusive as suas formas mais tirânicas e autoritárias. Nesse caso, abre-se uma nova possibilidade de análise sobre a política, quiçá mais realista. A política é um jogo sujo, pragmático e, na maioria das vezes, imoral, no qual as regras pouco importam aos que detêm a maior porção do poder, e conquanto os gregos tenham sido os primeiros a tentar defini-la e teorizá-la, desde sempre foi suja, injusta e cruel. Pior do que isso: jamais visou a divisão de poderes ou a liberdade da maioria, como também jamais primou por afastar os afetos geralmente imputados ao despotismo com vistas a racionalizá-los, e se o fez, claramente não logrou êxito. As muralhas do espaço político não passam de uma peça ficcional, pois as linhas que separam a barbárie da civilização ou o passional do racional são demasiadamente fluídas. Passamos agora ao segundo momento dessa explanação.

## 2. DA *REALPOLITIKAO* ANTIPOLÍTICO

Desfechamos o primeiro momento dessa apresentação com uma reviravolta argumentativa guiada por dúvidas que nos acometem. Talvez a política sempre tenha sido o espaço da passionalidade, caracterizado pela violência, medo e o exercício pragmático do poder. Quando a obra máxima de Maquiavel, *O Príncipe*, veio a lume em 1514, muitos a consideraram uma afronta ao senso ético que, até aquele momento, parecia definir a política. Não por acaso, a adjetivação “maquiavélico” foi empregada para designar a suposta miséria moral do próprio autor. Decerto, o filósofo florentino morreu sem grande *fortuna*, mas produziu, todavia, uma obra de grande *virtú*. Grande conhecedor da história dos antigos, sobretudo dos romanos, Maquiavel procura analisar, ancorado em episódios e processos do passado, os erros e acertos, as circunstâncias e as proezas dos grandes líderes políticos europeus, tentando extrair disso lições para os futuros governantes não só em relação à tomada do poder, mas sobretudo em relação à sua manutenção. Se jamais se empenhasse em escrevê-la, isso em nada anularia o fato de que, na maior parte das vezes, o príncipe vê-se obrigado a agir pragmaticamente em prol de objetivos maiores, ainda que sua ação esteja divorciada de suas convicções pessoais. Maquiavel não inventou essa forma de definir a política. Ela sempre estava lá, enterrada no solo da história. Seu mérito, que não foi pequeno, consistiu em exumá-la e analisá-la à luz da razão. E o que o florentino descobriu nessa verdadeira arqueologia da política e dos homens? Que em política os grandes líderes são julgados pelos resultados alcançados, e não pelos meios, muitas vezes penosos e injustos, que, diante das circunstâncias, se veem obrigados a empregar para atingir seus objetivos.

Alguns séculos depois, o sociólogo alemão Max Weber, reconhecido por sua erudição e atuação política, retoma parte da discussão proposta por Maquiavel e dá razão ao filósofo florentino. Isso fica explicitado na diferenciação, por ele estabelecida, entre a “ética da convicção” e a “ética da responsabilidade”, conceitos que aparecem em uma conferência intitulada *A Política como Vocação*, proferida pouco tempo antes de sua morte em 1920. Em política, segundo Weber, a inação é prejudicial. Portanto, a política é sobremaneira ação. O governante, independentemente da forma de governo à qual está submetido, muitas vezes é imputado a decidir e agir em nome de um bem maior ou de um mal menor, a depender das circunstâncias, contra as suas convicções pessoais. Suas ações serão obviamente julgadas a posteriori, mas, ao fim e ao cabo, serão os resultados obtidos que farão delas boas ou más ações.

O que esses autores tão distanciados, temporal e espacialmente, têm em comum? Ambos analisam a *realpolitik*, isto é, a política real. Cumpre fazer um comentário a esse respeito. Nem Maquiavel nem Weber engendraram um novo conceito de política, mas tão somente deram-se conta do que a política é. Esse é um ponto fulcral que gostaria de discutir: foi a partir da

modernidade que a política passou a ser analisada realisticamente. Dito de outro modo, a política passa a ser encarada como um espaço clivado, tenso, truculento e, na maioria das vezes, injusto, no qual circulam ideologias diversas, algumas delas, inclusive, abertamente antipolíticas. Quando se fala em ideologias antipolíticas, não estamos nos referindo aos movimentos conservadores e autoritários que, com alguma frequência, afloram no interior do jogo político. O conservadorismo clássico, isto é, aquele que se desenvolve a partir da obra de Edmund Burke no final do século XVIII, é ainda uma manifestação política. O autoritarismo, embora muito menos aberto às divergências e diferenças do que o conservadorismo clássico, não pode ser acusado de vedar todas as possibilidades do jogo da política. Até mesmo um regime ferrenhamente autoritário, em que o medo se converteu em instrumento de controle, por meio de mecanismos coercitivos e violentos, avista-se sempre espaço para algum tipo de oposição política, ainda que esta seja mínima. As ditaduras latino-americanas são exemplos disso.

Mas o que seriam essas ideologias antipolíticas? Antes de responder à essa questão, gostaria de fazer um esclarecimento. A expressão “antipolítico” não deve ser confundida com a expressão “antidemocrático”. É óbvio que todo movimento antipolítico é, por suposto, antidemocrático. Afinal, a democracia não passa de uma forma de se fazer política. Mas devemos ter em mente que ela não é a única forma. Pode-se ter, por exemplo, uma monarquia ou uma aristocracia e, ainda assim, resguardar o espaço da política. O termo antipolítico deve ser considerado, então, em toda sua radicalidade. O que o termo antipolítica se refere? A todo movimento que se esforça para atingir o poder, por vias legais ou não, com vistas a destruir as instituições e órgãos responsáveis por viabilizar e arbitrar o jogo político. Alguém poderia objetar e afirmar que as ditaduras têm essa característica. Todavia, se tomarmos as experiências históricas como ponto de partida, verificaremos que até a mais cruel ditadura não foi capaz de extirpar completamente as movimentações políticas dissidentes em seu interior, não porque o ditador não o desejasse, mas porque não conseguiu. Para que isso pudesse ocorrer seria necessário que o ditador centrasse todos os poderes em suas mãos. Mas isso, de um ponto de vista concreto, revela-se uma tarefa difícil de executar. Houve, é bem verdade, alguns ensaios nesse sentido ao longo de nossa história mais recente. Um autocrata como Hitler, um dos mais radicais do século XX, talvez sirva para exemplificar esse esforço. Mas até ele esbarrou em limites que lhe impossibilitaram de levar à cabo seu projeto totalitário e antipolítico. Tanto do ponto de vista externo quanto do ponto de vista interno, houve grupos que resistiram politicamente às suas intenções totalizantes. Nem todo alemão foi nazista; nem todas as nações sucumbiram à essa tentação. Foi por isso que o nazismo caiu.

Nesse sentido, pode-se concluir que o mais radical entre os ditadores ou o mais radical entre os projetos autoritários jamais lograram êxito quanto ao propósito de extirpar completamente a política. Em outros termos, parece que a política se confunde com a própria noção de sociabilidade. Onde há vida social, há política. Qualquer possibilidade de uma vida apolítica só seria possível no mundo natural. Dito de outro modo, seria preciso destruir a vida social se quiséssemos recuar a um estado apolítico. Isso explica por que os movimentos antipolíticos e antissistêmicos, a despeito de toda confusão semeada, têm dificuldades de pôr fim à política.

Todavia, acreditamos que hoje, mais do que no passado, as possibilidades de extirpação da política tornaram-se críveis. A nossa hipótese é de que, em nenhum outro momento da história, esses movimentos antipolíticos contaram com instrumentos tão poderosos de manipulação das massas e que, por isso, é possível minar o espaço político sem grandes desgastes ou violências físicas. Que instrumentos são esses? Bem, eles têm a ver com o advento da internet, das redes, da difusão maciça de informações falsas, enfim, com o ambiente virtual. Mas isso é apenas uma camada superficial desse instrumentário. Há camadas mais profundas, como as técnicas de psicologia das massas, tão bem tratadas por Sigmund Freud em seu livro *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, tão utilizadas pelo nazifascismo no início do século passado (não por acaso alguns autores falam em neofascismo). Exploreemos melhor esses pontos. Vivemos em uma sociedade em rede, para me fazer valer do conceito que consagrou Manuel Castells, onde os tradicionais veículos de comunicação passaram a ter sua credibilidade e autoridade postas em xeque diante da proliferação de espaços virtuais em seus diversos formatos, plataformas e níveis. Isso criou bolsões de desinformação, ou seja, de uma midiosfera que, por meio de uma guerra generalizada de narrativas, procura mobilizar os afetos de seus membros, em especial o afeto do medo, com vistas a direcioná-los contra seus supostos “inimigos”. Carl Schmitt, principal ideólogo do nazismo, também pensava assim. O medo é o que anima esses movimentos antipolíticos e antissistêmicos. E hoje é muito mais fácil mobilizar esses afetos atávicos, ou seja, invocá-los a partir de discursos vagos e muitas vezes mentirosos, bem como suggestionar supostos inimigos a serem destruídos, do que em relação aos períodos históricos anteriores. Diante do que expusemos vale perguntar: e dessa vez, será que a política suporta os avanços dos movimentos antissistêmicos e antipolíticos? É isso que se pretende discutir no próximo e último momento. Desde já alertamos que não temos certeza de nada, de modo que apenas pretendemos levantar algumas questões norteadoras para se pensar o tema. Dito de outro modo: abriremos espaço para especulações acerca do futuro, nada mais do que isso.

### 3. DA POLÍTICA OU DO QUE ESTÁ ESCRITO NAS ESTRELAS



Quando se pensa em política, o que o futuro nos reserva? É possível dizer “o que está escrito nas estrelas”? Se acaso pudéssemos antecipar o por vir, dizer o que o futuro será, seríamos videntes. Entretanto, a razão, que segundo Descartes é a coisa mais bem distribuída entre os homens, não parece validar esse grau de previsibilidade. No início de minha explanação, argumentei que passado, presente e futuro estão intersectados. Aproveito a ocasião para afirmar que essa forma de organização da temporalidade, bastante marcada por certa percepção linear do tempo, em etapas sucessivas, é equivocada, pois até mesmo o passado e o presente são construções, e não momentos dados e imutáveis. Temos uma inegável propensão a racionalizar a história, a conferir-lhe um sentido mais ou menos organizado. Geralmente, perde-se de vista a dimensão processual e imprevisível da história. Mas voltemos ao tema da política. Desde sempre a política se caracterizou por relações assimétricas de poder. Imaginar uma sociedade onde apenas um único indivíduo concentre todo o poder e decida sobre todos os outros – o que se denominou “despotismo oriental” – não nos parece plausível. Em nosso ponto de vista, o despotismo nunca existiu. Trata-se apenas de uma construção teórica de cunho ocidentalista. A vida social e a política se confundem. Onde há seres humanos, há política e, conseqüentemente, relações de poder, injustiças, tensões, ideologias etc. Todas as tentativas históricas de destruir a política revelaram-se malfadadas. Foi isso o que o tempo presente herdou do passado, nada mais. Mesmo as experiências totalitárias não foram capazes de destruí-la. Sobre nosso tempo presente, entretanto, cumpre fazer um adendo, a saber: os movimentos antipolíticos e antissistêmicos de hoje contam com instrumentos mais sofisticados para a consecução de seus propósitos do que seus antecessores. Atualmente é mais fácil manipular ou suggestionar afetos do que no passado. Dois fatores principais concorrem para isso. O primeiro, de ordem instrumental, refere-se à ampliação do espaço virtual, com suas redes, sites, blogs, ou seja, todo um ecossistema cujo alcance, em fração de segundos, pode disparar todo o tipo de informação, ainda que falsas, com o claro objetivo de agudizar as tensões no interior do sistema político, bem põem a legitimar as instituições que lhe servem de base em xeque; b) o segundo, de ordem puramente mental, se faz presente na utilização de técnicas discursivas relativas à psicologia das massas, tão exploradas e debatidas por autores como Gustave Le Bon (*Psicologia das multidões*) e Sigmund Freud (*Psicologia das massas e análise do Eu*), aplicadas com vistas a aglutinar seguidores em torno de um conjunto de valores aparentemente transformador da realidade social e política. Esses dois fatores são, a nosso ver, complementares e indissociáveis, pois enquanto o primeiro permite difundir informações e conteúdos agilmente, o segundo explora os ressentimentos, as frustrações, os medos e anseios de grupos, classes e frações de classe temerosos em relação ao futuro, capturando e direcionando a energia social desses setores contra o sistema

político. Geralmente por meio de uma linguagem simples, mas plural, e de soluções rasas e aparentemente inequívocas, esses movimentos mobilizam afetos e anseios dos grupos-alvo e definem os inimigos a serem combatidos e destruídos. Trata-se, portanto, de uma estratégia típica de uma guerra, que alguns autores denominam “guerra híbrida”. Por um lado, os motivos que deflagram esses sentimentos têm rosto, endereço e pertencem à política institucional e são pintados como os verdadeiros “inimigos”. Por outro, é preciso que um líder concentre em sua própria pessoa e imagem todos esses anseios e ressentimentos, alguns reais outros suggestionados, com vistas a travar a luta final contra o inimigo responsável por impedir o gozo coletivo (psicanaliticamente falando). O desenvolvimento desse processo lembra o roteiro de um filme ruim, que pode ser assim resumido: a política tradicional até agora só atravancou nossas vidas, impediu nossa autorrealização, privou-nos de nossos objetos de desejos e, por isso, se queremos ser novamente livres (como se em algum lugar do passado tivéssemos sido) precisamos destruir nossos inimigos (reais ou imaginários), apoiando nosso líder messiânico, confiando cegamente em seu projeto, pois, só assim, seremos capazes de mudar o roteiro e chegar a um final feliz. A polarização, ainda que ilusória, é um elemento determinante neste processo. A figura do “inimigo”, tal como propugnada por Carl Schmitt, tem o mérito de, concomitantemente, dividir e reunir. Dividir, na medida em que aquele que não concorda comigo torna-se meu inimigo. Reunir, pois todos aqueles que pensam como eu saem fortalecidos quando se juntam em torno de um salvador e de suas pautas supostamente libertárias. Não por acaso símbolos, signos, cores, bandeiras, laicas ou religiosas, convertem-se em imãs capazes de atrair o maior número possível de “soldados”. Afinal, não se faz guerras sem soldados, e nem sem valores beligerantes capazes de alimentar os seus ímpetos e egos. A noção de pertencimento, desta feita, é o primeiro passo dessa escalada antipolítica e antissistêmica. É como se, para seus membros e seguidores, existisse uma luta maior ou final da qual ninguém pode ficar de fora em nome de Deus, da moral, da família, da anticorrupção, pouco importa o fator movente. O que importa é vestir a farda ilusória que me conduzirá à guerra que pretensamente me libertará de minhas frustrações e ressentimentos, ou seja, que me permitirá, mesmo pela violência, atingir o meu objeto de gozo (mais uma vez psicanaliticamente falando). De modo que, historicamente, nunca se vivenciou um contexto como esse. Mas será possível prever o futuro? Penso que prever não é o termo mais adequado. Afinal, se nem o presente e o passado estão dados, que dizer do futuro. Pode haver reflexos políticos futuramente? Sim, pode. Pode ser que esses grupos antipolíticos e antissistêmicos se organizem ainda mais e, quiçá, consigam lograr êxito. Pode haver avanços, num sentido progressista do termo? Sim, pode. Nada garante que esses grupelhos antipolíticos continuem a atuar no sentido de destruir a política. Obviamente, ninguém pode prever o que está por vir. O que se pode é, a partir do que se manifestou no passado e do que se manifesta

no presente, projetar algumas tendências, traçar algumas possibilidades. Não penso que esses grupelhos vão desaparecer facilmente. Minha posição é cautelosa sobre esse ponto. Penso até que, num futuro próximo, esses movimentos antipolíticos e antissistêmicos obtenham algumas vitórias. Tudo vai depender de como os afetos, que animam a turba de ressentidos, serão resfriados ou escaldados. Por outro lado, penso que é muito difícil que todos os indivíduos sejam mobilizados contra a política, ou seja, que abracem irracionalmente essas ideias e valores. Digo isso porque, em uma perspectiva histórica, nem todos os indivíduos decidiram abdicar de sua liberdade para abraçar voluntariamente à servidão. Etienne de La Boétie, no clássico *Discurso sobre a Servidão Voluntária*, que veio à lume no século XVI, aborda profundamente este assunto. Não houve, até hoje, um autocrata que tenha concentrado todo o poder, destruído a política e aglutinado todos os indivíduos em torno de seu projeto. A questão que fica é: isso seria possível? Será que esses mesmos instrumentos e técnicas, dos quais esses movimentos lançam mão, estão disponíveis exclusivamente para eles? Não é preciso ser muito sagaz para responder negativamente à essa questão. Desse modo, a tendência é os setores progressistas e mais à esquerda também se apropriem dessas ferramentas e se igualem em força, mantendo intacto o campo político. Mas tudo isso não passa de conjecturas. O que o futuro reserva depende de um bom entendimento do passado e do presente e, sobremaneira, de ações concretas no sentido de impedir o avanço desses movimentos antipolíticos. Nada há de certo nisso. O que é certo é que a história é um processo fluído, imprevisível e contraditório. Cabe àqueles que desejam a manutenção da política, com todos os problemas e dilemas que a constituem enquanto esfera legítima de relações, ainda que assimétricas, resistir às narrativas que objetivam destruí-la. Até agora, a história demonstrou ser possível. Até agora.